

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DESAFIOS DO FEDERALISMO BRASILEIRO								
<b>DOCENTE</b>	FLÁVIA BAHIA (Estágio de docência) E PATRÍCIA SAMPAIO (Supervisão)								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE191	<b>SEMESTRE</b>	2022.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	Há inúmeros debates atuais a respeito do federalismo brasileiro. A sua arquitetura, ainda que formalmente desenhada para uma proposta de cooperação, sempre teve traços concentrados, pautados no poder da União na tomada de decisões. A dinâmica federativa começou, entretanto, a se alterar no Brasil. Entre 2008 e 2010, estados da Amazônia, reunidos no “Fórum de Governadores”, conseguiram influir na pauta nacional e mobilizaram o Congresso e o país para aprovar novo marco da regularização fundiária. Em 2015 e 2016, novo passo decisivo foi dado: governadores do Centro-Oeste criaram o primeiro bloco regional brasileiro, chamado de Brasil Central. Surgiram nos anos seguintes os Consórcios da Amazônia Legal, do Nordeste Sustentável, e do Sudeste e Sul do Brasil (“Cosud”). Em 2020, a crise sanitária internacional trouxe novas discussões sobre o papel de cada ente federativo na tomada de decisões durante a crise, reacendendo um debate fundamental para o futuro do federalismo no país e os seus imensuráveis desafios.								
<b>OBJETIVOS</b>	O objetivo é expandir o senso crítico sobre a federação brasileira, com base em leituras e debates sobre o assunto e, sobretudo, estimular a capacidade do aluno de desenvolver sua própria maneira de pensar e se expressar sobre os desafios do federalismo brasileiro.								
<b>METODOLOGIA</b>	Método socrático participativo.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	<input checked="" type="checkbox"/>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	O Estado. Histórico. Referências internacionais Elementos.								
2	Formas de Estado. Características da Federação.								
3	Características da Federação.								
4	Características da Federação.								
5	Os blocos regionais.								
6	Jurisprudência do STF.								
7	A definir.								
8	A definir.								
9	A definir.								
10	A definir.								

11	A definir.
12	A definir.
13	A definir.
<b>TRILHA</b>	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	A presença e participação em sala de aula são fundamentais. P1 - prova (valor 8,0) + participação em sala (2,0). P2 - trabalho (valor 8,0) + participação em sala (2,0).
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	BERCOVICCI, Gilberto. Dilemas do estado federal brasileiro: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. DALLARI, Dalmo de Abreu. O Estado Federal. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 2002. 2.ed. ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na constituição de 1988. São Paulo, Atlas, 2013. ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora Fiocruz, 2012. PEÑA DE MORAES, Guilherme. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . 12ª. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. ZIMMERMANN, Augusto, Teoria Geral do Federalismo Democrático. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005.